

APROPRIAÇÃO



Como vimos acima, Stirner condenava o sistema hegeliano por iniciar o desenvolvimento de sua filosofia a partir de uma dimensão do ser que começava, justamente, como nada. Ao invés disso ele supõe como início do desenvolvimento filosófico uma unidade composta de dois termos dos quais o nada é o fator criativo, e esse é o próprio indivíduo.

“O nada que eu sou não o é no sentido da vacuidade, mas antes o nada criador”.

A esse nada, o universal, primeiro como natureza e depois como espírito, impõe-se desde que é “lançado ao mundo”. A tensão entre os dois dará origem a todo desdobramento histórico que citamos acima. O caráter negativo da individualidade também constitui a possibilidade de seu exercício criativo, da “apropriação” em relação ao mundo, e de sua abertura para o futuro, que o nominalismo representa no nível da linguagem. Como enfatizamos acima, a noção de “nada”, aqui, ao invés de uma concepção metafísica, constitui-se apenas como uma referência aos limites apontados para a linguagem, uma vez que sou persuadido a me tomar “definitivamente como o centro e a essência da questão”.

Deixar-me definir, dado o caráter instrumental da linguagem, seria deixar-me dominar pelo que deveria ser a minha criatura. O nada stirneriano, também pode ser traduzido como o “ilimitado”, ou melhor, o não-limitado, porque “a linguagem ou a palavra (tomada como algo auto-subsistente) tiraniza-nos da forma mais cruel, porque convoca todo um exército de idéias fixas contra nós” (UP p.271). Para esquivar-me a essa “tirania”, eu deveria manter-me, portanto, em meu caráter de “indizibilidade”, livre da apreensão pelo conceito, preservando as minhas possibilidades criativas. Essa

prescrição, por sua vez, tem motivação política. Argumentaremos a seguir que o nominalismo stirneriano procura colocar a individualidade, do ponto de vista da linguagem, a salvo das tentativas de assimilá-la a um conceito, de dividi-la em um eu essencial e um eu inessencial, estratégia que estaria no centro de muitas concepções éticas na modernidade. Segundo o historiador das idéias Isaiah Berlin em seu conhecido ensaio “Dois conceitos de Liberdade”, a opressão política com base em pressupostos ontológicos que dividem o indivíduo em dois seria recorrente na história do pensamento político ocidental.

*

Segundo Berlin a tentativa de estabelecer uma essência comum partilhada por todos os homens esteve sempre associada ao desejo de “justificar a coerção de alguns homens por outros, a fim alçá-los a um nível mais elevado de liberdade” A utilização dessas estratégias de assimilação do particular a algum universal permitiria, segundo Berlin, que alguns indivíduos manietassem outros afirmando que o fazem em nome do interesse dos manietados e não dos seus.

Por isso, para a linguagem do idealista, o indivíduo “egoísta” é o pior dos exemplos, pois ele, “o egoísta, joga com as idéias à sua vontade e coloca o seu interesse pessoal acima de todas as coisas. (UP, p. 19). O egoísta nega a legitimação pretendida pelo idealista para seus possíveis procedimentos coercitivos, uma vez que, ao olhar do primeiro, a questão central de toda relação é sempre o poder e nunca a “legitimidade”, dado o caráter incontornavelmente pessoal da linguagem. A denúncia das causas que têm, como recompensa por sua dedicação, lançado os indivíduos concretos “nas estrumeiras da história”, passa, portanto pela crítica dos predicados como entidades auto-subsistentes, dotados de vontade, verdadeiros indivíduos. Como esses “indivíduos”, – os predicados – humanidade, Deus, liberdade, pátria etc. só existem através do “nosso entusiasmo em servi-los”, nós lhes

retiraríamos a existência simplesmente deixando de lhes prestar culto. Visando promover o fim de tal culto aos predicados, Stirner lança tanto o seu sarcasmo quanto o seu nominalismo.

Uma vez assimilado, o nominalismo stirneriano teria, sob o viés da linguagem, um efeito similar ao que a concepção de identidade tem sob o viés da cultura humanista: a dessacralização. A partir da ótica de Max Stirner, a linguagem deixa de ter um significado em si mesmo, e embora persista a referência das palavras a seus dois termos limite – indivíduo e mundo – estes deixam de possuir qualquer conteúdo predicativo que não seja referido aos interesses do Único. O principal problema que Stirner aponta no que ele chama de “linguagem cristã” – o vocabulário da filosofia da “encarnação” bem como o da revelação divina – é justamente a crença nos predicados. Nesse sentido, Stirner é um empirista: ele acredita que o mundo existe enquanto não-eu e para ele nossa fruição também consiste na atividade apropriativa em face desse não-eu. Contudo, o conteúdo, o sentido, desse não eu devem-se a minha atividade sobre ele, à relação que com ele eu estabeleço. O racionalismo, ao contrário, orienta-se pela busca da “relação adequada”, “pelo conceito da coisa”.

“Diz-se que a natureza da coisa e o conceito de relação é que me devem guiar no tratamento da coisa e na instituição da relação. Como se existisse, em si, um conceito da coisa, e não o conceito que fazemos da coisa! Como se uma relação em que entramos não devesse a sua especificidade apenas à daqueles que nela entram! Como se tudo dependesse do modo como outros a classificam! Mas, tal como se separou a essência do homem do homem concreto e este passou a ser avaliado à luz daquela, também se separa dele a sua ação e esta é avaliada em função do valor humano.

O que deve ser determinante em tudo, diz-se, são os conceitos; são eles que regulamentam a vida, são eles que dominam. Mas isso é o mundo religioso, que Hegel sistematizou, ao dar

método ao absurdo e ao aperfeiçoar a ordem dos conceitos, transformando-os em dogmas acabados e solidamente fundados. Tudo se torna uma ladainha de conceitos, e o homem concreto, eu,, é obrigado a viver segundo essas leis conceituais.”

O conceito de algo é uma palavra cujo sentido é estabelecido a partir da sua relação com outras palavras, e não consigo. Ele seria a própria manifestação do Sagrado na linguagem. Dissolvê-lo implicaria tomar toda frase, toda asserção, em sua relação a mim o que não implica afirmar que o não-eu, ao qual as palavras se referem, deva sua existência a minha atividade. Para Stirner, o mundo, entendido como não-eu, existe, mas não o conteúdo presente em nossas asserções sobre o mundo. Estas últimas dependem da relação que eu estabeleço com tudo que me cerca. Segundo esse ponto de vista o indivíduo é o princípio e o fim do sentido das frases. Essa é a valorização do particular, que assim como a deflação pragmática de todas as elaborações humanas é assumida no Único e sua Propriedade como uma autoafirmação, a valorização do Ser- Próprio em relação ao Sagrado. “O ser-próprio comporta tudo aquilo que é singular, e volta a valorizar.o que a linguagem do cristianismo degradou” Essa valorização passa tanto pela citada consideração dos aspectos sensíveis de nossas vidas bem como das idéias a partir de sua utilidade prática para mim.

Da noção de utilidade (Brauchbarkeit) – que Bentham utiliza para tentar tornar a ética “exata como a matemática” – Stirner aproveita os aspectos personalistas, ou egoístas, particulares, para mobilizar sua dessacralização da linguagem. Essa concepção não generalizável de utilidade – que em sua filosofia parece ter o mesmo sentido de prática e gozo – é um dos fatores que vinculam Stirner à leitura jovem hegeliana de Hegel e ao mesmo tempo o distancia dela. No conhecido texto Feuerbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã, Engels sublinha o caráter prático da filosofia hegeliana que teria iniciado o movimento que permitiu de uma vez por todas o abandono das querelas metafísicas que até então teriam ocupado os espíritos filosóficos. Entre tais querelas estaria a da correspondência

ou não de nossas representações com o mundo.

Se podemos demonstrar a exatidão de nossa maneira de conceber um processo natural, reproduzindo-o nós mesmos, criando-o a partir de suas condições próprias; e se, além disso, o colocamos a serviço de nossos próprios objetivos, então acabamos com a “coisa em si” inacessível de Kant.

Na passagem acima, apesar de referir-se a filosofia de Feuerbach, Engels não deixa de reconhecer a importância da filosofia hegeliana para o desenvolvimento do materialismo do autor de A Essência do Cristianismo. Teríamos nessa passagem uma elegia dos elementos práticos da filosofia hegeliana, enriquecida pelo seu “complemento” feuerbachiano, que identifica o ato de colocar as “coisas a serviço de nossos objetivos” com o fim do caráter inacessível, ou autônomo e alienado, da realidade. Contudo, fica também implícita, nessa interpretação, a pretensão de “acesso à realidade” através da prática. Em oposição ao postulado hegeliano de que tudo começa pela idéia, Engels, em elogio a Feuerbach, afirma a concepção de “que o mundo material e perceptível pelos sentidos, e do qual nós, homens, também fazemos parte, é o único real.” Contudo, do ponto de vista de Stirner trata-se ainda de submeter-me a algo maior; a matéria, a substância, estaria aí entronizada no lugar do Espírito e da Idéia hegelianas. Para Stirner o problema do materialismo feuerbachiano, ao qual Engels faz ressalvas apenas em função de sua filosofia da religião e sua ética, é que esse materialismo canoniza a natureza ao separar os juízos predicativos sobre o mundo de sua relação de dependência com os meus interesses. Como afirma Frederick M. Gordon,

“Feuerbach era um militante ateuista, mas recriou Deus na figura da Natureza, a cujos propósitos os homens deveriam se conformar, a Natureza tornara-se um autoritário Ser supremo” (1978, p.53, grifos do autor). Os aspectos práticos a filosofia hegeliana estariam então, na leitura stirneriana, condenados tanto pelo próprio panlogismo de Hegel, quanto pela

pretensão feuerbachiana de um contato com a natureza íntima da realidade.

Os dois elementos coexistem na recepção jovem hegeliana da filosofia de Hegel: a elegia da possibilidade de uma superação dos elementos “alienados” da vida através de um gesto de reapropriação, de aquisição de poder, em relação ao mundo, e, por outro lado, a reivindicação do caráter “legítimo”, “conforme a natureza das coisas”, dessa mesma reapropriação. Stirner é absolutamente jovem hegeliano em relação a tentativa de promover com sua filosofia o primeiro aspecto do pensamento de Hegel, e um opositor igualmente radical em relação ao segundo. A máxima popularizada por Francis Bacon de que conhecimento é poder é radicalizada por Stirner e transformada na idéia de que conhecimento é apenas mais uma das muitas formas de poder acessíveis ao único, para quem tudo é poder. Ou seja, “quem tem o poder, tem a razão e o direito”. Em sua virada em direção ao prático e concreto, Hegel e seus sucessores teriam mantido alguns resquícios do vocabulário da filosofia clássica, em geral avessa ao conúbio entre utilidade e verdade. Como assiná-la Richard Rorty:

Hegel – infelizmente – usou os termos subjetivo e objetivo para descrever a seqüência de sucessivas descrições, que sucessivas necessidades sociais tornaram necessárias, como um contínuo progresso moral e intelectual e usou o termo união do sujeito e do objeto para descrever o fim da história”